

## **DESCRIÇÃO E EXPLICAÇÃO GERAL DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA MÚTUA EM MATÉRIA PENAL NA REPÚBLICA DO PANAMÁ**

A Constituição Política da República do Panamá consagra o respeito às normas do Direito Internacional bem como seu cumprimento. Com base nessa premissa, a República do Panamá assinou acordos de natureza diversa em matéria de assistência mútua em matéria penal.

Manteve-se na República do Panamá uma prática pouco usual em comparação com outros países, ao estabelecer-se gradativamente diversos tipos de autoridades centrais de acordo com a natureza do delito e a convenção que se tenha assinado para prestar a assistência jurídica em matéria penal, motivo por que se recomenda que, no momento de tentar formalizar uma solicitação de assistência, se não se tiver definido plenamente a Autoridade Central no tratado que se pretenda invocar, deverá ser ela previamente confirmada, a fim de evitar delongas no processo de assistência.

Em todos os acordos bilaterais sobre assistência jurídica mútua em matéria penal assinados pela República do Panamá foi designada Autoridade Central o Ministério de Governo e Justiça, por meio da Direção Nacional para a Execução dos Tratados de Assistência Jurídica Mútua e Cooperação Internacional, que, admitida a solicitação, deverá remetê-la à autoridade competente, conforme for o caso. A referida Direção foi designada Autoridade Central na convenção com as repúblicas centro-americanas e na Convenção Interamericana, ambas sobre assistência jurídica mútua em matéria penal.

Quanto aos requisitos para a formalização de uma solicitação de assistência, a República do Panamá só se fundamenta naqueles que os próprios tratados mencionam.

Nos casos em que um Estado não mantenha vínculo jurídico internacional algum em matéria penal, poderá formular sua solicitação de auxílio internacional por via diplomática à chancelaria panamenha, que a remeterá a nossa Corte Suprema de Justiça. Nesse pressuposto, nossa Corte teria de recorrer ao princípio de reciprocidade, solidariedade e boa-fé que deve imperar entre os países que integram a comunidade internacional, mediante o qual é admissível ter acesso às petições formuladas do exterior por Estados com que a República do Panamá não tenha assinado convenção alguma de auxílio judicial. Por outro lado, deve-se ter presente que a reciprocidade é viável em todas as precatórias ou cartas rogatórias que não violem o direito positivo panamenho.